

Apresentação, xii

Nota introdutória, xvi

Nota introdutória à 23ª edição, xx

Nota introdutória à 17ª edição, xxii

Nota introdutória à 16ª edição, xxvi

Nota introdutória à 11ª edição, xxx

Nota introdutória à 8ª edição, xxxii

PARTE 1 – TEORIA GERAL DO DIREITO PROCESSUAL, 3

I Direito Processual: Conceito, Denominação, Posição Enciclopédica e Evolução Científica, 4

§ 1º Conceito de Direito Processual, 5

§ 2º Denominação, 8

§ 3º Posição Enciclopédica, 9

§ 4º Evolução Científica do Direito Processual, 10

- II A Existência de uma Teoria Geral do Direito Processual, 14**
- III Fontes, Interpretação e Aplicação no Espaço e no Tempo do Direito Processual Civil, 18**
 - § 1º Fontes do Direito Processual Civil, 19
 - § 2º Interpretação da Lei Processual, 27
 - 2.1 Método Literal ou Gramatical, 27
 - 2.2 Método Lógico-Sistemático, 28
 - 2.3 Método Histórico, 29
 - 2.4 Método Comparativo, 30
 - 2.5 Método Teleológico, 31
 - § 3º Integração da Lei Processual, 33
 - § 4º Eficácia da Lei Processual no Espaço, 34
 - § 5º Eficácia da Lei Processual no Tempo, 36
- IV Princípios Constitucionais do Direito Processual, 40**
 - § 1º Princípio do Devido Processo Legal, 41
 - § 2º Princípio da Isonomia, 49
 - § 3º Princípio do Juiz Natural, 52
 - § 4º Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional, 55
 - § 5º Princípio do Contraditório, 58
 - § 6º Princípio da Motivação das Decisões Judiciais, 64
 - § 7º Princípio da Tempestividade da Tutela Jurisdicional, 67
- V A Trilogia Estrutural do Direito Processual, 70**
- VI Jurisdição, 74**
 - § 1º As Funções do Estado e a Função Jurisdicional, 75
 - § 2º Conceito, 78
 - § 3º Características Essenciais, 82
 - § 4º Espécies de Jurisdição, 85
 - § 5º Jurisdição Voluntária, 88
 - § 6º Escopos da Jurisdição, 91
 - § 7º Tutela Jurisdicional: Conceito e Classificações, 94
 - § 8º Tutela Jurisdicional Antecipada, 97
 - § 9º Tutela Jurisdicional Específica Relativa às Obrigações de Fazer, Não Fazer e Entregar Coisa, 100
 - § 10 Competência, 106
 - 10.1 Conceito, 106
 - 10.2 Critérios de Fixação, 106
 - 10.3 Incompetência Absoluta e Relativa, 112
 - 10.4 Causas de Modificação da Competência, 113

10.5 Declaração de Incompetência, 117

10.6 Conflito de Competência, 119

VI-A Limites Internacionais da Jurisdição Brasileira, 122

VII Ação, 138

§ 1º Teorias sobre a Ação, 139

§ 2º Conceito de Ação, 144

§ 3º “Condições da Ação” ou Requisitos do Provimento Final, 147

§ 4º Classificação da Ação, 156

VIII Processo, 158

§ 1º Teorias sobre o Processo, 159

§ 2º Conceito e Natureza Jurídica, 166

§ 3º Processo e Procedimento, 169

§ 4º Sujeitos do Processo, 170

4.1 O Estado-Juiz e o Juiz, 171

4.2 Auxiliares da Justiça, 175

4.3 As Partes, 178

4.4 O Advogado, 185

4.5 Litisconsórcio, 188

4.6 Intervenção de Terceiros, 205

4.6.1 Assistência, 207

4.6.2 Oposição, 211

4.6.3 Nomeação à Autoria, 215

4.6.4 Denúnciação da Lide, 220

4.6.5 Chamamento ao Processo, 232

4.6.6 Recurso de Terceiro, 236

4.6.7 Alimentos e Intervenção de Terceiro, 238

4.7 Ministério Público, 244

4.8 *Amicus Curiae*, 246

§ 5º Escopos do Processo: Instrumentalidade e Efetividade do Processo, 251

§ 6º Classificação do Processo, 254

§ 7º Objeto do Processo, 257

§ 8º Pressupostos Processuais, 261

IX Atos Processuais, 270

§ 1º Fato, Ato e Negócio Jurídicos, 271

§ 2º Fato Processual, 272

§ 3º Atos do Processo e Atos Processuais, 273

§ 4º Negócios Processuais, 274

§ 5º Classificação dos Atos Processuais, 274

- § 6º Forma dos Atos Processuais, 277
- § 6º-A Informatização dos Atos Processuais, 284
- § 7º Existência, Validade e Eficácia dos Atos Processuais, 287
- § 8º Comunicação dos Atos Processuais, 295

PARTE 2 – MÓDULO PROCESSUAL DE CONHECIMENTO, 305

X Cognição: Conceito, Objeto e Espécies, 306

XI Formação, Suspensão e Extinção do Módulo Processual de Conhecimento, 318

- § 1º Formação do Módulo Processual de Conhecimento, 319
- § 2º Suspensão do Processo, 322
- § 3º Extinção do Módulo Processual de Conhecimento, 331

XII Procedimento Ordinário, 350

- § 1º Conceito e Cabimento, 351
- § 2º Petição Inicial, 353
- § 3º Resposta do Réu, 366
 - 3.1 Contestação, 367
 - 3.2 Reconvenção, 373
 - 3.3 Exceção, 379
 - 3.4 Impugnação ao Valor da Causa, 382
- § 4º Providências Preliminares, 383
 - 4.1 Réplica, 383
 - 4.2 Especificação de Provas, 385
 - 4.3 Declaração Incidente, 386
- § 5º Julgamento conforme o Estado do Processo, 391
 - 5.1 “Extinção do Processo”, 392
 - 5.2 Julgamento Antecipado do Mérito, 393
 - 5.3 Audiência Preliminar e Saneamento do Processo, 396
- § 6º Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento, 405

XIII Procedimento Sumário, 412

- § 1º Conceito e Cabimento, 413
- § 2º Petição Inicial, 417
- § 3º Citação e Audiência de Conciliação, 418
- § 4º Resposta do Réu: Contestação e Exceção, 420
- § 5º Conversão do Procedimento, 422
- § 6º Instrução Probatória e Audiência de Instrução e Julgamento, 423
- § 7º Inadmissibilidade de Declaração Incidental, 424
- § 8º Intervenção de Terceiros no Procedimento Sumário, 425

XIV Direito Probatório – Teoria Geral das Provas, 428

- § 1º Conceito de Prova, 429
- § 2º Objeto da Prova, 432
- § 3º Ônus da Prova, 434
- § 4º Destinatários da Prova e Sistemas de Valoração, 439
- § 5º Meios de Prova: Generalidades; Procedimento Probatório; Espécies, 442
- § 6º Das Provas em Espécie, 446
 - 6.1 Conceito, 446
 - 6.2 Depoimento Pessoal, 448
 - 6.3 Confissão, 450
 - 6.4 Exibição de Documento ou Coisa, 452
 - 6.5 Prova Documental, 453
 - 6.6 Prova Testemunhal, 456
 - 6.7 Prova Pericial, 461
 - 6.8 Inspeção Judicial, 464

XV Sentença, 466

- § 1º Conceito, 467
- § 2º Classificação, 471
- § 3º Elementos Essenciais, 472
- § 4º Publicação e Irretratabilidade, 476
- § 5º Classificação da Sentença Definitiva, 478
- § 6º Sentenças Executivas e Mandamentais, 488
- § 6º-A Capítulos de Sentença, 492
- § 7º Tutela Antecipada, 497
- § 8º Tutela Antecipada contra a Fazenda Pública, 513

XVI Coisa Julgada, 518

- § 1º Conceito e Natureza Jurídica, 519
- § 2º Coisa Julgada Formal e Coisa Julgada Material, 524
- § 2º-A Relativização ou Desconsideração da Coisa Julgada Material, 527
- § 3º Limites Objetivos da Coisa Julgada, 531
- § 4º Limites Subjetivos da Coisa Julgada, 535
- § 5º A Coisa Julgada nas Sentenças Determinativas, 539
- § 6º A Coisa Julgada nas Demandas Coletivas, 543
- § 7º A Coisa Julgada no Mandado de Segurança, 547
- § 8º Preclusão, 550

Referências bibliográficas, 558

Índice remissivo, 584

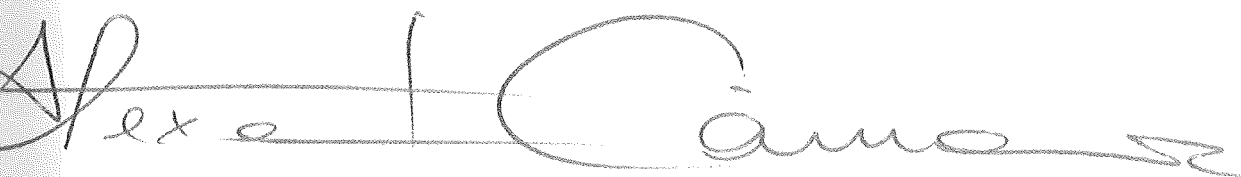
STJ00097330 - V.2

VOLUME 2

ALEXANDRE FREITAS CÂMARA

LIÇÕES DE DIREITO PROCESSUAL CIVIL

23ª Edição

A large, stylized handwritten signature in black ink, reading "Alexandre Câmara". The signature is written across the width of the page, with a horizontal line passing through the middle of the letters.

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2014

© 2012 by Editora Atlas S.A.

As edições anteriores são da Lumen Juris; 21. ed. 2012; 22. ed. 2013;
23. ed. 2014



Capa: Leonardo Hermano
Composição: Lino-Jato Editoração Gráfica

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Câmara, Alexandre Freitas

Lições de direito processual civil : volume 2 /
Alexandre Freitas Câmara. -- 23. ed. -- São Paulo : Atlas, 2014.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-8683-0

ISBN 978-85-224-8684-7 (PDF)

1. Processo civil 2. Processo civil – Brasil I. Título.

12-06082

CDU-347.9

Índice para catálogo sistemático:

1. Direito processual civil 347.9

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total
ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos
direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184
do Código Penal.

Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994,
de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203-904 São Paulo SP
Tel.: 011 3357-9144
atlas.com.br

945485

SUMÁRIO

Apresentação, xii

Nota introdutória à 21ª edição, xvi

Nota introdutória à 18ª edição, xviii

Nota introdutória à 14ª edição, xx

Nota introdutória à 9ª edição, xxiv

Nota introdutória à 7ª edição, xxvi

PARTE 1 – PROCESSOS NOS TRIBUNAIS, 3

I Introdução e Noções Gerais, 4

§ 1º Introdução, 5

§ 2º Noções Gerais, 6

II Ação Rescisória, 12

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 13

§ 2º Cabimento, 15

§ 3º Legitimidade, 27

§ 4º Procedimento, 28

§ 5º Prazo, 30

III Homologação de Sentença Estrangeira, 34

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 35

§ 2º Procedimento, 40

IV Declaração de Inconstitucionalidade, 42

§ 1º Controle da Constitucionalidade, 43

§ 2º Incidente de Inconstitucionalidade, 44

V Uniformização de Jurisprudência, 50

§ 1º Conceito e Natureza Jurídica, 51

§ 2º Procedimento, 53

§ 3º O Mecanismo de Prevenção ou Composição de Divergência, 55

VI Recursos, 58

§ 1º Teoria Geral dos Recursos, 59

1.1 Conceito, 59

1.2 Classificação, 63

1.3 Juízo de Admissibilidade e Juízo de Mérito, 66

1.3.1 “Condições do Recurso”, 71

1.3.2 Pressupostos Recursais, 77

1.3.3 Impedimentos Recursais, 80

1.4 Efeitos dos Recursos, 82

1.5 Recurso Adesivo, 87

§ 2º Recursos em Espécie, 90

2.1 Apelação, 91

2.2 Agravo, 102

2.3 Embargos Infringentes, 114

2.4 Embargos de Declaração, 121

2.5 Recurso Ordinário para o STF e para o STJ, 125

2.6 Recurso Especial e Recurso Extraordinário, 128

2.7 Embargos de Divergência, 144

VII Da Ordem dos Processos nos Tribunais, 146

§ 1º Procedimento dos Feitos nos Tribunais, 147

§ 2º Provimentos Emanados do Relator, 151

PARTE 2 – EXECUÇÃO FORÇADA – (Módulo Processual Executivo), 157**VIII Teoria Geral da Execução, 158**

§ 1º Observações Preliminares, 159

§ 2º Conceito, 160

§ 3º Princípios, 164

- 3.1 Princípio da Efetividade da Execução Forçada, 165
- 3.2 Princípio do Menor Sacrifício Possível do Executado, 166
- 3.3 Princípio do Contraditório, 167
- 3.4 Princípio do Desfecho Único, 169
- § 4º Competência, 172
- § 5º Legitimidade, 176
- § 6º Título Executivo, 184
 - 6.1 Títulos Executivos Judiciais, 189
 - 6.1.1 Sentença Civil Condenatória (art. 475-N, I), 189
 - 6.1.2 Sentença Penal Condenatória Transitada em Julgado (art. 475-N, II), 191
 - 6.1.3 Sentença Homologatória de Transação ou de Conciliação (art. 475-N, III), 194
 - 6.1.4 Sentença Arbitral (art. 475-N, IV), 196
 - 6.1.5 Decisão homologatória de acordo extrajudicial (art. 475-N, V), 197
 - 6.1.6 Sentença Estrangeira Homologada pelo STJ (art. 475-N, VI), 198
 - 6.1.7 Formal e Certidão de Partilha (art. 475-N, VII), 199
 - 6.2 Títulos Executivos Extrajudiciais, 199
 - 6.2.1 Títulos Cambiais e Cambiariformes (art. 585, I), 200
 - 6.2.2 Reconhecimento de Obrigação por Instrumento Público ou Particular (art. 585, II), 201
 - 6.2.3 Transação Extrajudicial (art. 585, II), 202
 - 6.2.4 Hipoteca, Penhor, Anticrese, Caução (art. 585, III), 203
 - 6.2.5 Seguro de Vida, 204
 - 6.2.6 Créditos Decorrentes de Foro e Laudêmio, 205
 - 6.2.7 Aluguel e Acessórios, 205
 - 6.2.8 Custas Judiciais, 208
 - 6.2.9 Dívida Ativa da Fazenda Pública, 209
 - 6.2.10 Todos os Demais Títulos a que a Lei Atribui Força Executiva, 210
- § 7º Responsabilidade Patrimonial, 215
 - 7.1 Fraude contra Credores, 218
 - 7.2 Fraude de Execução, 224
 - 7.3 Alienação de Bem Penhorado, 228

VIII-A Execução Provisória, 230

IX Liquidação de Sentença, 240

- § 1º Conceito e Natureza Jurídica, 241
- § 2º Espécies, 248

X Espécies de Execução, 256

- § 1º Execução para Entrega de Coisa, 257

- 1.1 Execução para Entrega de Coisa Certa, 258
 - 1.1.1 Fase Postulatória, 259
 - 1.1.2 Fase Instrutória, 260
 - 1.1.3 Fase Satisfativa, 261
- 1.2 Execução para Entrega de Coisa Incerta, 263
- § 2º Execução das Obrigações de Fazer e de Não Fazer, 267
 - 2.1 Execução das Obrigações de Fazer, 267
 - 2.2 Execução das Obrigações de Não Fazer, 274
 - 2.3 Meios de Coerção, 277
 - 2.4 Tutela Jurisdicional Específica das Obrigações de Emitir Declaração de Vontade, 283
- § 3º Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 294
 - 3.1 Procedimento Padrão da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 295
 - 3.1.1 Petição Inicial, 296
 - 3.1.2 Citação e Arresto, 298
 - 3.1.3 Pagamento ou Penhora, 302
 - 3.1.4 Penhora, 304
 - 3.1.4.1 Conceito e Natureza Jurídica, 304
 - 3.1.4.2 Efeitos da Penhora, 305
 - 3.1.4.3 Bens Impenhoráveis, 310
 - 3.1.4.4 Forma de Realização da Penhora, 321
 - 3.1.4.5 Penhoras Especiais, 324
 - 3.1.5 Avaliação dos Bens Penhorados, 329
 - 3.1.6 Adjudicação, 333
 - 3.1.7 Alienação por Iniciativa Particular, 335
 - 3.1.8 Hasta Pública e Arrematação, 336
 - 3.1.9 Pagamento ao Exequente, 341
 - 3.1.9.1 Pagamento por Entrega de Dinheiro, 341
 - 3.1.9.2 Pagamento por Adjudicação, 342
 - 3.1.9.3 Pagamento por Usufruto de Móvel ou Imóvel, 343
 - 3.2 Procedimento da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente Fundada em Título Judicial, 347
 - 3.3 Procedimentos Especiais da Execução por Quantia Certa contra Devedor Solvente, 350
 - 3.3.1 Processo autônomo de execução fundado em título judicial, 351
 - 3.3.2 Execução contra a Fazenda Pública, 351
 - 3.3.3 Execução de Prestação Alimentícia, 357
 - 3.3.4 Execução Fiscal, 362
- § 4º Insolvência Civil, 370
 - 4.1 Vencimento Antecipado das Dívidas, 381

- 4.2 Perda do Direito de Administração e Disposição dos Bens, 382
- 4.3 Arrecadação dos Bens Penhoráveis, 383
- 4.4 Instauração da Execução Universal, 384

XI Defesa do Executado, 398

- § 1º Embargos do Executado, 399
 - I – Falta ou Nulidade de Citação, 414
 - II – Inexigibilidade do Título, 417
 - III – Ilegitimidade das Partes, 419
 - IV – Cumulação Indevida de Execuções, 420
 - V – Excesso de Execução, 422
 - VI – Causas Impeditivas, Modificativas ou Extintivas da Obrigação, 426
 - VII – Incompetência, Impedimento, Suspeição, 427
 - VIII – Nulidade da Sentença Arbitral, 428
- § 2º Impugnação à execução fundada em título judicial, 435
- § 3º Exceção de Pré-Executividade (ou Objeção de Não Executividade), 436

XII Suspensão e Extinção do Módulo Processual Executivo, 442

- § 1º Suspensão do Módulo Processual Executivo, 443
- § 2º Extinção do Módulo Processual Executivo, 448

Referências bibliográficas, 452

Índice remissivo, 466